

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo”										
C.N.P.J. nº 10.462.524/0002-39										
Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em reais										
Balanco Patrimonial					Demonstração do Resultado do Exercício					
Ativo		Notas Explicativas		2019		2018				
Circulante				6.591.945		7.296.315				
Recursos vinculados a projetos		(04)		6.216.647		6.860.929				
Adiantamentos diversos		(05)		43.567		91.773				
Contas a receber						3.900				
Despesas antecipadas				19.917		20.419				
Estoques		(07)		311.815		319.294				
Não Circulante				1.423.335		1.508.192				
Permanente		(06)		1.423.335		1.508.192				
Imobilizado				1.227.853		1.508.192				
Direito de Uso Locação/Arrendamento NBCTG 06				195.482						
Total do Ativo				8.015.280		8.804.506				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício										
Patrimônio líquido				2019		2018				
No início do exercício										
Resultado do exercício										
No final do exercício										
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2019 e 2018										
1. Contexto Operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23/10/2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21/10/2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022. Programa Guri Capital e Grande São Paulo: No Guri na capital e Grande São Paulo, a criança começa seus estudos aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os alunos dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm os cursos sequenciais, em que meninos e meninas, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical - tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus alunos e alunas, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. Desde 2008, o Guri na Capital e na Grande São Paulo é gerido pela Santa Marcelina Cultura. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, os alunos e alunas que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Infantis e Juvenis, onde, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por alunos e alunas de diversas regiões da cidade e da Grande São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros, CEUs, igrejas e museus. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 20/01/2020. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. c. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. i. Adoção inicial do CPC 06 R2/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: De acordo com a nova determinação definida no IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Desta forma, os contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil semelhante, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Administração, após analisar todos os contratos em vigor, concluiu que diversos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Alguns desses contratos preveem uma despesa de aluguel variável, com valores atualizados anualmente através de índices de inflação implícitos nos contratos ou se não identificável a última captação a mercado, cujo valor é reconhecido mensalmente. A Entidade adotou a IFRS 16 para o ano exercício de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior. Na adoção inicial foi utilizado os seguintes expedientes práticos requeridos pela norma: a) Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada por qualquer empresa do Grupo, líquida da inflação dos últimos 12 meses; b) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma. c) A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos cuja composição de valor dependa de variável; e o cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Os bens foram reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais. O maior impacto se dará no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do Imobilizado. ii. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. <i>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:</i> Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são										
reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. <i>Recebíveis:</i> Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. <i>Caixa e equivalentes de caixa:</i> Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. <i>Recursos vinculados a projetos:</i> Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e dos fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. <i>Passivos financeiros não derivativos:</i> Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. <i>Instrumentos financeiros derivativos:</i> Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018. iii. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC 07 (R1): • Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. • Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. • Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto. iv. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. <i>Depreciação:</i> A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. v. Intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. vi. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. vii. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. viii. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes): Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).										
4. Recursos vinculados a projetos					2019		2018			
Banco conta movimento										
Aplicações financeiras					6.216.647		6.860.929			
					6.216.647		6.860.929			
Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).										
5. Adiantamentos diversos					2019		2018			
Adiantamento de férias					40.833		89.653			
Outros					2.735		2.120			
					43.567		91.773			
6. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.										
					2019		2018			
Depreciação										
Descrição					Taxas		Custo		acumulada	
Instalações					10%		35.258		(27.781)	
Equipamentos					10%		281.862		(196.877)	
Móveis e utensílios					10%		454.844		(402.814)	
Veículos					20%		364.692		(364.692)	
Instrumentos musicais					10%		4.303.567		(3.234.824)	
							1.068.743		1.272.098	

<



➤*continuação* do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do Imobilizado. Porem para a apuração do índice de liquidez corrente de 2019, desconsiderou-se os efeitos da aplicação do CPC 06 R2/IFRS 16. Os relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras opinam que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e do "GURI Capital e Grande São Paulo", em 31/12/2019, além de atestarem que o desempenho das operações e os fluxos de caixa da Instituição para o exercício findo naquela data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme o relatório Gerencial de Orçamento Previsto versus Realizado, apresentado por esta Organização Social à SEC nas prestação de contas trimestrais e anual de 2019, o resultado das rubricas dos Grupos de Despesas apresentam os seguintes resultados: a execução da rubrica de Recursos Humanos teve o percentual de realização de 90,5% do valor previsto versus realizado; de Prestadores de Serviços 97,2%; de Custos Administrativos, Institucionais e Governança 80,5%; do Programa de Edificações: Conservação, Manutenção e Segurança 96,7%; dos Programas de Trabalho da Área Fim 88,9%; do Programa de Ensino Musical 70,1%; do Programa de Atividades Extraclasses 112,9%; do Programa de Atividades de Difusão Formativa 106,7%; do Programa de Desenvolvimento Social 77,6%; do Programa de Bolsas 95,8%; do Programa de Ações Relativas a Bens Culturais 56,6%; do Programa de Desenvolvimento Institucional 58,7%, a execução orçamentária global, das despesas, conforme o relatório, foi de 89,7% do previsto inicialmente. Conforme estabelece o Plano de Trabalho de 2019: *"No decorrer da execução orçamentária, a OS poderá proceder aos remanejamentos e movimentações entre as rubricas que forem necessários e convenientes para a mais eficiente gestão dos recursos no cumprimento do Contrato de Gestão, observados os dispositivos previstos em seu Estatuto Social, respeitados os índices contratuais firmados e assegurado o integral cumprimento das metas pactuadas. Essa flexibilidade é importante, pois, de acordo com o modelo de gestão típico das Organizações Sociais, o orçamento aprovado*

pela Secretaria deve seguir como referência para a busca e aferição da economicidade e eficiência, porém sem desconsiderar que o foco fundamental é o cumprimento das metas acordadas. Não se poderia, portanto, pretender uma vinculação rígida por parte da OS à proposta orçamentária, porque a execução orçamentária é dinâmica e - uma vez preservados os indicadores econômicos e respeitados os regulamentos de compras e contratações, bem como a autorização do Conselho de Administração nos termos previstos no Estatuto - cabe à Organização Social definir a melhor estratégia de gestão e zelar pelo uso responsável dos recursos, com a flexibilidade e transparência que lhe devem ser características. Dessa forma, torna-se possível contemplar eventuais intercorrências, buscando a melhor aplicação dos recursos para atingir aos objetivos e metas do contrato. Por sua vez, dotando a necessária flexibilidade também da necessária transparência, no relatório anual, a OS deverá apresentar as justificativas para as rubricas que apresentarem alterações expressivas, com variação superior a 25% do estimado inicialmente". Dessa maneira, os Grupos de despesas que compõem a previsão orçamentária de 2019, relacionados acima, do Contrato de Gestão 05/2017, não tiveram, os seus valores com variação superior a 25% do previsto inicialmente. Sendo assim, conforme pactuado, são desnecessárias outras justificativas. Importante é, também, consignar nesta oportunidade que a SMC executou o planejamento orçamentário do ano de maneira a que fosse possível a realização de todas as metas de 2019, mesmo diante de um cenário macroeconômico adverso e de uma crise financeira que atingiu severamente os repasses públicos para a área da Cultura. A Santa Marcelina Cultura manteve seu foco na busca incansável de redução dos gastos possíveis e, também, em outras medidas de contenção ou adiamento de despesas, que possibilitaram que os gastos de algumas rubricas fossem postergados ou reduzidos, sem com isso significar que as rubricas em que houve a possibilidade de poupar recursos encontram-se com seus valores superestimados. Por outro lado, destaca-se positivamente a rubrica de Captação Incentivada com a realização de 101,4% da meta estabelecida. São Paulo, 19/02/2020. **Ir. Rosane Ghedin** - Diretora-Presidente.

SF 135 Participações

Societárias LTDA.

CNPJ 33.977.616/0001-76 | NIRE 35.235.558.337

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social

(i) **HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, CNPJ n.º 27.902.165/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP, NIRE 35.300.511.131, com sede em São Paulo - SP, Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, Jardim Paulista, CEP 01.407.200, neste ato representa nos termos de seu estatuto social, por seus diretores, Srs. (i) **Fernando Diez Viotti**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 30.160.904-4 (SSP/SP) e CPF n.º 294.037.688-35; e (ii) **Daniel Lafer Matandos**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG n.º 38.353.134-2 (SSP/SP), CPF n.º 396.627.078-16; ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, endereço comercial na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, Jardim Paulista, CEP 01.407.200; única sócia da **SF 135 Participações Societárias LTDA.**, CNPJ n.º 33.977.616/0001-76 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a JUCESP NIRE 35.235.558.337, com sede em São Paulo/SP, na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("Sociedade"); **Resolve** celebrar a presente Instrumentos Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade, observado o disposto no § 3º do artigo 1.072 da Lei n.º 10.406 de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), de acordo com os seguintes termos e condições: **I. DA INCORPORÇÃO DA SOCIEDADE PELA HIGHLINE. 1.1.** A Sócia decide aprovar os termos e condições do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Locsite Locação e Desenvolvimento de Sites Ltda. e da SF 135 Participações Societárias Ltda. pela Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A." celebrado, nesta data, entre a administração da Sociedade, da Highline e da **Locsite - Locação e Desenvolvimento de Sites Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ n.º 02.951.165/0001-74, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.218.550.943, com sede em São Paulo/SP, Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("Locsite") ("Protocolo e Justificação de Incorporação"), o qual tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da incorporação da Sociedade e da Locsite pela Highline ("Operação"), cuja cópia integra o presente instrumento como **Anexo I. 1.2.** Ato contínuo, a sócia ratifica e confirma a nomeação e contratação da **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade simples, CNPJ n.º 96.513.015/0001-22 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º 2SP017202/O-2, com sede em Barueri/SP, na Av. Andrômeda, n.º. 885, 35º andar, sala 3523, Alphaville, CEP 06473-000 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Sociedade, composto pela totalidade dos ativos e passivos escriturados e avaliados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para fins de incorporação pela Highline ("Laudo de Avaliação"). **1.2.1.** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliária ou derivativo referenciado em valor mobiliários de emissão da Highline, da Locsite ou da Sociedade; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, pela Highline, pela Sociedade, pela Locsite, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. **1.2.2.** A sócia resolve consignar que foi fixado o critério contábil para a avaliação do patrimônio líquido da Sociedade a ser vertido para a Highline, em decorrência da implementação da Operação. **1.2.3.** A sócia resolve consinar, ainda, que foi adotado como data-base para avaliação contábil do patrimônio líquido da Sociedade o dia 31/12/2019 ("Data-Base"). **1.2.4.** Por fim, a sócia resolve consignar que o Laudo de Avaliação foi elaborado com base nas demonstrações financeiras da Sociedade relativas à Data-Base. **1.3.** A sócia aprova o Laudo de Avaliação, o qual consta como Anexo 8.6 do Protocolo e Justificação, elaborado pela Empresa Avaliadora, segundo o qual o valor total líquido contábil do patrimônio líquido da Sociedade, na Data-Base, é de R\$ 7.228.174,86, sendo este valor correspondente às 6.764.355 quotas de emissão da Sociedade e Integralmente detida pela Highline, representativas de 100% do capital social da Sociedade, que serão canceladas no ato da incorporação da Sociedade pela Highline. **1.3.1.** Nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, as variações patrimoniais da Sociedade que ocorrem entre a Data-Base e a presente data, incluindo eventuais insubsistências ativas ou superveniências passivas, serão assumidas e suportadas exclusivamente pela Highline, conforme o caso. **1.4.** Decide a sócia aprovar a Operação, nos exatos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação de Incorporação, com a versão do patrimônio líquido da Sociedade para a Highline e a consequente extinção da Sociedade **1.4.1.** Consignar que, tendo em vista a incorporação ora aprovada, e sujeito à aprovação da Operação pelos acionistas da Highline, fica a Sociedade extinta por incorporação de pleno direito e para todos os fins, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. **1.4.2.** A sócia reconhece e expressamente aceita que, nos termos do artigo 1.116 do Código Civil, a Highline sucederá a Sociedade, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Sociedade, patrimoniais ou não patrimoniais. **1.4.3.** A sócia decide consignar que a certidão da incorporação passada pela Junta Comercial será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Highline em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da Sociedade. **II. DA AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. 2.1.** Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos, registros e publicações que se façam necessários para a efetivação da incorporação da Sociedade pela Highline, bem como a proceder à extinção da Sociedade, inclusive, sem limitação, solicitar baixa perante a Secretaria da Receita Federal e todos os demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais que se façam necessários. E a sócia assina o presente instrumento particular de alteração do contrato social em 3 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas. **JUCESP** nº 74.418/20-8 em 06/02/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.

CNPJ nº 59.104.422/0001-50 - NIRE 35.213.533.285

Comunicado

São Bernardo do Campo, 31.01.2020. À **Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.**, CNPJ/MF 59.104.422/0001-50 / NIRE 35.213.533.285, Estrada Margal da Via Anchieta, Km 23,5, Ala 17, São Bernardo do Campo - SP. Prezados Srs, sirvo-me da presente para manifestar minha renúncia, a partir desta data, ao cargo de Diretor dessa Sociedade, para o qual fui eleito em Reunião Extraordinária de 29.04.2019. Atenciosamente, OAB/SP Nº 298.138. JUCESP nº 94.342/20-9 em 17.02.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Locsite Locação e Desenvolvimento

de Sites LTDA.

CNPJ 02.951.165/0001-74 | NIRE 35.218.550.943

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social

(i) **HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, CNPJ n.º 27.902.165/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP, NIRE 35.300.511.131, com sede em São Paulo - SP, Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, Jardim Paulista, CEP 01.407.200, neste ato representa nos termos de seu estatuto social, por seus diretores, Srs. (i) **Fernando Diez Viotti**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 30.160.904-4 (SSP/SP) e CPF n.º 294.037.688-35; e (ii) **Daniel Lafer Matandos**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG n.º 38.353.134-2 (SSP/SP), CPF n.º 396.627.078-16; ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, endereço comercial na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, Jardim Paulista, CEP 01.407.200; única sócia da **LOCSITE LOCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SITES LTDA.**, CNPJ n.º 02.951.165/0001-74 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a JUCESP NIRE 35.218.550.943, com sede em São Paulo/SP, na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("Sociedade"); **RESOLVE** celebrar a presente Instrumentos Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade, observado o disposto no § 3º do artigo 1.072 da Lei n.º 10.406 de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), de acordo com os seguintes termos e condições: **I. DA INCORPORÇÃO DA SOCIEDADE PELA HIGHLINE. 1.1.** A Sócia decide aprovar os termos e condições do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Locsite Locação e Desenvolvimento de Sites Ltda. e da SF 135 Participações Societárias Ltda. pela Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A." celebrado, nesta data, entre a administração da Sociedade, da Highline e da **SF 135 Participações Societárias Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ n.º 33.977.616/0001-76, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.235.558.337, com sede em São Paulo/SP, Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("SF 135") ("Protocolo e Justificação de Incorporação"), o qual tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da incorporação da Sociedade e da SF 135 pela Highline ("Operação"), cuja cópia integra o presente instrumento como **Anexo I. 1.2.** Ato contínuo, a sócia ratifica e confirma a nomeação e contratação da **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade simples, CNPJ n.º 96.513.015/0001-22 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o n.º 2SP017202/O-2, com sede em Barueri/SP, na Av. Andrômeda, n.º. 885, 35º andar, sala 3523, Alphaville, CEP 06473-000 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Sociedade, composto pela totalidade dos ativos e passivos escriturados e avaliados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para fins de incorporação pela Highline ("Laudo de Avaliação"). **1.2.1.** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliária ou derivativo referenciado em valor mobiliários de emissão da Highline, da SF 135 ou da Sociedade; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, pela Highline, pela Sociedade, pela SF 135, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. **1.2.2.** A sócia resolve consignar que foi fixado o critério contábil para a avaliação do patrimônio líquido da Sociedade a ser vertido para a Highline, em decorrência da implementação da Operação. **1.2.3.** A sócia resolve consinar, ainda, que foi adotado como data-base para avaliação contábil do patrimônio líquido da Sociedade o dia 31/12/2019 ("Data-Base"). **1.2.4.** Por fim, a sócia resolve consignar que o Laudo de Avaliação foi elaborado com base nas demonstrações financeiras da Sociedade relativas à Data-Base. **1.3.** A sócia aprova o Laudo de Avaliação, o qual consta como Anexo 8.6 do Protocolo e Justificação, elaborado pela Empresa Avaliadora, segundo o qual o valor total líquido contábil do patrimônio líquido da Sociedade, na Data-Base, é de R\$ 4.835.142,27, sendo este valor correspondente às 2.910.000 quotas de emissão da Sociedade e Integralmente detida pela Highline, representativas de 100% do capital social da Sociedade, que serão canceladas no ato da incorporação da Sociedade pela Highline. **1.3.1.** Nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, as variações patrimoniais da Sociedade que ocorrem entre a Data-Base e a presente data, incluindo eventuais insubsistências ativas ou superveniências passivas, serão assumidas e suportadas exclusivamente pela Highline, conforme o caso. **1.4.** Decide a sócia aprovar a Operação, nos exatos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação de Incorporação, com a versão do patrimônio líquido da Sociedade para a Highline e a consequente extinção da Sociedade **1.4.1.** Consignar que, tendo em vista a incorporação ora aprovada, e sujeito à aprovação da Operação pelos acionistas da Highline, fica a Sociedade extinta por incorporação de pleno direito e para todos os fins, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. **1.4.2.** A sócia reconhece e expressamente aceita que, nos termos do artigo 1.116 do Código Civil, a Highline sucederá a Sociedade, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Sociedade, patrimoniais ou não patrimoniais. **1.4.3.** A sócia decide consignar que a certidão da incorporação passada pela Junta Comercial será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Highline em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da Sociedade. **II. DA AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. 2.1.** Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos, registros e publicações que se façam necessários para a efetivação da incorporação da Sociedade pela Highline, bem como a proceder à extinção da Sociedade, inclusive, sem limitação, solicitar baixa perante a Secretaria da Receita Federal e todos os demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais que se façam necessários. E a sócia assina o presente instrumento particular de alteração do contrato social em 3 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas. **JUCESP** nº 74.419/20-1 em 06/02/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA E MERCANTIL ANCHIETA

CNPJ nº 61.086.849/0001-14 - NIRE nº 35.300.057.686

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de março de 2020, às 9:00 horas na sede social em São Paulo, na Rua Marquês de Itu, 58, 2º andar, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** leitura discussão e votação do relatório da diretoria, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício de 2019; **b)** outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos exigidos pelo artigo 133, da Lei 6.404/76. São Paulo, 27 de fevereiro de 2020, Justino Augusto Azevedo Peixeiro Diretor Presidente (28, 29/2, 03/03)

Highline Do Brasil II Infraestrutura

De Telecomunicações S.A.

CNPJ 27.902.165/0001-05 | NIRE 35.300.511.131

AGE Realizada em 27/01/2020

Aos 27/12/2019, às 10h, na sede. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Sr. Fernando Diez Viotti - Presidente; Sr. Daniel Lafer Matandos - Secretário. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a apreciação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Locsite Locação e Desenvolvimento de sites Ltda. e da SF 135 Participações Societárias Ltda. pela Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.", celebrado em 27/01/2020, pelas administrações da Companhia, da **Locsite Locação e Desenvolvimento de Sites Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ n.º 02.951.165/0001-74 e com seus atos constitutivosdevidamente arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.218.550.943, com sede em São Paulo - SP, na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("Locsite") e da **SF 135 Participações Societárias Ltda.**, Sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ n.º 33.977.616/0001-76, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.235.558.337, com sede em São Paulo - SP, na Av. Nove de Julho, n.º 5.229 e 5.257, 4.º andar, cpto. 41-A e 42-B, parte, Jardim Paulista, CEP 01.407-200 ("SF 135" ou ainda, quando referida em conjunto com Locsite, as "Incorporadas") ("Protocolo e Justificação"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da **Account Assessores S/S Ltda.**, Sociedade simples, inscrita no CNPJ 96.513.015/0001-22 e no Conselho Regional de Contabilidade de SP n.º 2SP017202/O-2, com sede em Barueri - SP, na Av. Andrômeda, n.º 885, 35º andar, sala 3523, Alphaville, CEP 06473-000 ("Empresa Avaliadora") como empresa especializada e responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Locsite e da SF 135, para fins da incorporação pela Companhia ("Laudos de Avaliação"); (iii) o Laudo de Avaliação; (iv) a incorporação das Incorporadas pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação"); (v) a consignação de que a incorporação das Incorporadas não resultará em alterações do capital social da Companhia; e (vi) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Operação. **Deliberações:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e proposta constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, representado a totalidade do capital social votante da Companhia, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(1)** Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **(2)** Aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação, o qual prevê a incorporação das Incorporadas pela Companhia, consubstanciando as justificativas, os termos, as cláusulas e condições da Operação e que passa a fazer parte integrante da presente ata, na forma do **Anexo I. (3)** Aprovar a ratificação e contratação da Empresa Avaliadora, na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração dos Laudos de Avaliação do valor contábil do patrimônio líquido das incorporadas, composto pela totalidade dos elementos ativos e passivos escriturados e avaliados de acordo com as práticas adotadas no Brasil. **(3.1)** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão das Incorporadas ou da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, pelas Incorporadas, pela Companhia, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. **(3.2)** Os acionistas decidem consignar que foi fixado o critério contábil para a avaliação do patrimônio líquido das Incorporadas a ser vertido para a Companhia, em decorrência da implementação da Operação. **(3.3)** Os acioistas resolvem consignar que foi adotada como data-base para avaliação contábil do patrimônio líquido das Incorporadas o dia 31/12/2019 ("Data-Base"). **(4)** Aprovar os Laudos de Avaliação, os quais constam como **Anexo 8.6** do Protocolo e Justificação, segundo os quais (i) o patrimônio líquido da Locsite, na Data-Base, foi avaliado em R\$ 4.835.142,27, sendo este valor correspondente às 2.910.000 quotas de emissão da Locsite, integralmente detidas pela Companhia, representativas de 100% do capital social da Locsite, que serão canceladas no ato da incorporação da Locsite pela Companhia; e (ii) o patrimônio líquido da SF 135, na Data-Base, foi avaliado em R\$ 7.228.174,86, sendo este valor correspondente às 6.764.355 quotas de emissão da SF 135, integralmente detidas pela Companhia, representativas de 100% do capital social da SF 135, que serão canceladas no ato da incorporação da SF 135 pela Companhia. **(4.1)** Nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, as variações patrimoniais das Incorporadas que ocorrerem entre a Data-Base e a presente data, incluindo eventuais insubsistências ativas ou superveniências passivas, serão assumidas e suportadas exclusivamente pela Companhia, conforme o caso. **(5)** Aprovar a Incorporação, nos exatos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, com a versão do patrimônio líquido das Incorporadas para a Companhia e a consequente extinção das Incorporadas. **(5.1)** A certidão da incorporação passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrais ou relacionados à incorporação das Incorporadas pela Companhia. **(6)** Consigar que a Operação não acarretará a alteração do capital social da Companhia, uma vez que a Companhia é titular, nesta data, das 2.910.000 quotas de emissão da Locsite, representativas de 100% do capital social da Locsite, e das 6.764.355 quotas de emissão da SF 135, representativas de 100% do capital social da SF 135. **(7)** Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas necessárias para efetivar e cumprir as deliberações ora tomadas, inclusive, mas sem limitações, assinar todos e quaisquer documentos e proceder a todos os registros e averbações nos órgãos públicos e entes privados, bem como realizar todas as publicações que se façam necessárias para tal fim. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP** Nº 74.417/20-4 em 06/02/2020. Secretária Geral: Gisela Simiema Ceschin



Unimed Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 92.863.505/0001-06 - NIRE 3.530.012.707-2

("Companhia")

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos senhores acionistas da Unimed Seguradora S.A. que os documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 30 de março de 2020, às 09h30, encontram-se à disposição na sede social da Companhia, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346, Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo e no endereço eletrônico da Companhia (<http://ra.segurosunimed.com.br>). Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável foi, oportunamente, realizada pela Companhia nos jornais costumeiros, em conformidade com o artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

Helton Freitas - Diretor Presidente



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 02/03/2020 09:07:40.

Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE

[Ticket: 34576509] - www.imprensaoficial.com.br